

FACULDADE DE FARMÁCIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA
Assembleia
Quadriénio de 2009-2013
Acta número 10

No dia 31 de Maio de 2011, pelas 10 horas, reuniu a Assembleia da Faculdade no Salão Nobre da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações:
 - a. Regulamentos das subunidades orgânicas aprovados;
 - b. Orçamento de 2011 aprovado;
2. Apresentação, discussão e votação da proposta de regulamento da estrutura de apoio técnico e administrativo da Faculdade;
3. Apresentação, discussão e votação do relatório de actividades de 2010;
4. Análise sobre a problemática das praxes académicas;
5. Outros assuntos a incluir na ordem de trabalhos.

Estiveram presentes os seguintes membros:

Docentes e Investigadores:

José Joaquim Costa Cabrita da Silva, Professor Catedrático;
Matilde da Luz dos Santos Duque Fonseca e Castro, Professora Catedrática;
José António Frazão Moniz Pereira, Professor Catedrático;
Rui Ferreira Alves Moreira, Professor Catedrático;
José Pedro Felripa de Sousa Dias, Professor Associado;
José Miguel Azevedo Pereira, Professor Auxiliar;
Ana Paula Costa dos Santos Peralta Leandro, Professora Auxiliar.
Helena Margarida de Oliveira M. Ribeiro, Professora Auxiliar

Estudantes:

Bruno Romeu Marques.

Não Docentes e Não Investigadores:

Maria Isabel Dionísio Barroso, Técnica de Diagnóstico e Terapêutica especialista de 1ª classe e coordenadora.

Membros Externos:

Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina;
João Carlos Lombo da Silva Cordeiro.

Estiveram ainda presentes o Director da FFUL, Doutor José A. Guimarães Morais, Professor Catedrático e os Sub Directores Doutora Eugénia Cruz, Doutora Graça Soveral e Doutor António Alfaia.

Os trabalhos foram iniciados com a introdução de correcções à acta da reunião de 7 de Dezembro de 2010 e depois de submetida à votação foi aprovada por unanimidade dos presentes.

Entrando no ponto 1. Informações da ordem de trabalhos o Director informou que as eleições dos Coordenadores dos Departamentos decorreram em 7 de Fevereiro de 2011 e a sua nomeação ocorreu em 14 de Fevereiro de 2011. Os Regulamentos dos Departamentos foram aprovados em 15 de Abril e 25 de Maio de 2011, com excepção do Regulamento do Departamento de Ciências Farmacológicas que se encontra em fase de rectificação.

Quanto ao orçamento de 2011 o Director referiu que o orçamento inicial sofreu um corte nas dotações de pessoal de cerca de 11% para acomodar a redução remuneratória do artº 19º da LOE 2011, até 10% que em termos médios oficiais corresponde a 5%, mas que na Faculdade se situou em 8,2%. O diferencial será minorado com a manutenção do compromisso estabelecido no ano anterior entre a Universidade de Lisboa e o Ministério através do Contrato de Confiança. Acresce ainda as cativações que determinadas rubricas orçamentais sofreram, nomeadamente missões (deslocações e estadas, seminários, encargos de instalações, material de escritório, conservação de bens, comunicações, estudos e pareceres, outros serviços, que no conjunto ascendem a cerca de 200.000€ e que foram retirados à cabeça do Orçamento do Estado.

No ponto 2 da ordem de trabalhos foi apresentada pelo Director a proposta de Regulamento da Estrutura de Apoio Técnico e Administrativo da Faculdade que acomodava algumas recomendações sugeridas na última reunião, nomeadamente a redução de Áreas e Núcleos. A proposta agora apresentada consubstancia-se em duas Áreas, a Área Financeira e Técnica e a Área Académica e de Recursos Humanos, e cada uma das Áreas tem dois Núcleos. Na Área Financeira e Técnica foram afectos o Núcleo Financeiro e Patrimonial e o Núcleo de Informática e Segurança, e na Área Académica e de Recursos Humanos o Núcleo de Planeamento e Gestão Académica e o Núcleo de Recursos Humanos e Gestão Documental. A Estrutura de Apoio Técnico e Administrativo proposta integra ainda os Serviços de Biblioteca e Informação 3 Gabinetes: Apoio à Investigação, Avaliação e Acreditação, Comunicação e Imagem e Apoio aos Órgãos.

A Dr^a. Maria de Belém chamou a atenção para a necessidade da Estrutura ter não só Serviços Administrativos mas também uma estrutura de Gestão de apoio ao Director para cumprimento dos objectivos estratégicos. Salientou ainda que os Gabinetes de Apoio deverão estar na dependência do Secretário Coordenador.

O Prof. Rogério Gaspar considerou que a proposta não estava enquadrada com a política da Universidade, nomeadamente com os Serviços Partilhados da Universidade de Lisboa, e que a estrutura apresentada tinha uma excessiva complexidade e não diferenciava aspectos de gestão de níveis administrativos. Referiu ainda que a proposta não vinha acompanhada com um estudo do impacto financeiro, pelo que sugeriu que a proposta baixasse ao Conselho de Coordenadores para ser melhorada.

A Prof^a. Matilde Castro referiu que embora a proposta contemplasse já uma redução de Áreas, não aproveitava potenciais economias de escala nem diferenciava aspectos de gestão dos administrativos. Considerou ainda que na Estrutura apresentada faltava um serviço que acolhesse o pessoal de laboratório.

A D^a. Isabel Barroso chamou a atenção para o facto de os trabalhadores do Laboratório não estarem representados nesta estrutura e para o facto do pessoal de laboratório não ser substituído ao contrário do que se verifica com o pessoal administrativo.

O Prof. Moniz Pereira interveio dizendo que o documento proposto constituia uma boa base de trabalho e que poderia ser melhorado tendo em com as críticas sugeridas pelos presentes.

O prof. Morais respondeu a diversas questões que foram colocadas salientando que a Estrutura que propôs procurava acolher as sugestões propostas na sessão anterior da Assembleia. Quanto ao pessoal dos Laboratórios considerou que estando esse pessoal afecto aos Departamentos, é da responsabilidade dos Coordenadores a sua gestão, pelo que é dispensável a sua integração na Estrutura apresentada.

O Dr. João Cordeiro considerou ser fundamental encontrar uma base que possa gerar um consenso entre os membros que conduza à aprovação de uma Estrutura de Apoio Técnico e Administrativo que respond aàs necessidades da FFUL.

A Dra Maria de Belém Roseira sugeriu que a proposta apresentada pelo Director fosse submetida à votação na generalidade e que sendo aprovada caberia ao Director nomear, entre os membros da Assembleia, uma comissão para melhorar o documento, tendo em conta as sugestões. Esta proposta foi aprovada com 9 votos a favor e 2 contra.

No ponto 3. o Director apresentou o Relatório de Actividades de 2010 e as informações prestadas foram complementadas pelos Subdirectores presentes. A Doutora Eugénia Cruz informou sobre a implementação do *software* de gestão de projectos, o qual tem sido alvo de opiniões muito favoráveis das instituições onde tem sido testado. A Doutora Maria da Graça Soveral informou sobre o processo de criação do novo site da Faculdade que se encontra em fase final de construção e teste. O Doutor António Alfaia informou sobre as obras dos Pavilhões A e E e sobre a Segurança e o processo de recolha dos resíduos. Relativamente ao site da Faculdade o aluno Bruno Marques questionou sobre a possibilidade de as inscrições e outras actividades dos estudantes poderem ser feitas on-line tendo a Doutora Graça Soveral respondido que tal seria possível.

A Dr^a. Maria de Belém fez uma apreciação global do Relatório de Actividades salientando a necessidade do Relatório realçar os aspectos positivos para a Faculdade

O Prof. Rui Moreira referiu que o Relatório continha algumas imprecisões e que a informação era pobre e apresentada de forma pouco atractiva. Questionou ainda no Organograma que apresenta os Departamentos e Serviços da Faculdade o posicionamento das Unidades de Investigação e a ausência das Comissões de Ética.

O Prof. Sousa Dias referiu que as unidades de investigação dependem do Director uma vez que a representação externa e outorga dos contratos competem ao Director. O Prof. Sousa Dias referiu que as unidades de investigação dependem, do ponto de vista administrativo, do Director uma vez que a instituição de acolhimento é a Faculdade e a outorga dos contratos compete ao Director. Considerou ainda que o Conselho de Coordenadores deveria constar do organograma, bem como o Conselho Científico, o Conselho Pedagógico e as Comissões de Ética.

O Prof. Rogério Gaspar referiu a necessidade de correção de alguns dados contidos no Relatório e embora concordando com a integração das dotações da FCT nas receitas próprias, chamou a atenção para o facto dos saldos da FCT que transitam de ano nunca deverem estar

incluídas nos saldos gerais da Faculdade, pois correspondem a compromissos assumidos e que não podem deixar de ser cumpridas.

O Prof. Moniz Pereira não concorda com a afectação das dotações da FCT nas receitas próprias, pois poderá levar a uma diminuição das dotações do Estado.

O Relatório com as correcções suscitadas foi submetido à votação tendo sido aprovado por unanimidade dos membros presentes na sala (11 votos a favor).

No ponto N° 4, Análise sobre a problemática das praxes académicas, o Presidente recordou que o tema transitou da última reunião e que o assunto fora suscitado a requerimento do Prof. Jorge Victor. Informou ainda que se procurou conhecer as posições assumidas pelas Direcções das diversas Faculdades da Universidade de Lisboa relativamente a esta questão. Assim, nas Faculdades de Letras, de Ciências e de Medicina não estão autorizadas manifestações de praxe dentro das instalações das respectivas Faculdades. Na Faculdades de Direito e na Faculdade de Psicologia há uma avaliação prévia dos programas de actividades de praxe. Na Faculdade de Belas Artes não há tradição de actividades de praxe.

Foi também referida uma carta dirigida pelo Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior aos Presidentes do CRUP em 28 de Setembro de 2009 responsabilizando as instituições académicas pela salvaguarda da dignidade e liberdade durante essas actividades estudantis.

O Dr. João Cordeiro salientou a necessidade das Associações de Estudantes controlarem eventuais problemas e questionou o Director se tem conhecimento do Regulamento de praxes da AEFUL.

O Prof. José Morais informou que a praxe na Faculdade é um problema recente, importado de Coimbra e que apenas no ano passado ocorreu um problema ligeiro. Quanto ao Regulamento das praxes da AEFUL ainda não o recebeu.

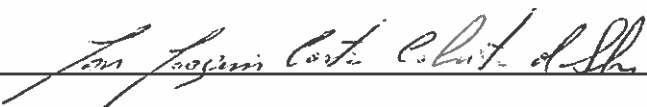
O aluno Bruno Marques considerou que as praxes são uma forma de rápida integração na Faculdade dos novos alunos e são actividades que eles gostam muito havendo mesmo alunos que pedem para ser praxados, pois as praxes têm grande simbolismo, equivalente ao da bênção das fitas. Informou não ter conhecimento de incidentes embora por vezes seja usada linguagem pouco conveniente. Considera que existe dentro da Faculdade uma relação muito boa entre os próprios alunos e uma proximidade com os professores. Afirmou ainda que existe um Regulamento das praxes e que prevê a recusa pelo aluno de ser praxado.

O Prof. Sousa Dias referiu compreender que os estudantes e os seus familiares gostem das praxes quando tudo corre bem e quando não surgem problemas. No entanto, não aceita que os alunos que não querem ser praxados sejam penalizados ou impedidos de alguma actividade associativa ou académica.

O Prof. Cabrita referiu a importância do respeito pela liberdade individual e pela dignidade de alunos, funcionários e das instituições universitárias e considerou que a Associação de Estudantes que deve ter um papel importante para uma convivência entre os estudantes, não se pode rever em cânticos e atitudes que são humilhantes para os próprios estudantes e para a sua Faculdade.

No seguimento da discussão foi proposto e aprovado por unanimidade que o Director e a AEFUL estabelecessem um acordo sobre as actividades das praxes e a salvaguarda do direito de recusa à praxe sem qualquer consequências para quem assim o decida.

Não havendo outros assuntos a tratar, a reunião terminou cerca das 13h30 e dela foi exarada a presente Acta que depois de aprovada será assinada pelo Presidente da Assembleia.



(Doutor José Joaquim Costa Cabrita da Silva, Professor Catedrático)